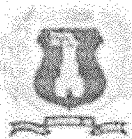


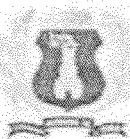


Ata da 8ª (oitava) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 10 (dez) de Março de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

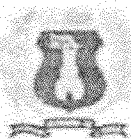
Às 17 (dezessete) horas do dia 10 (dez) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente Vereador Valmir Brasil e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Deza Soares; Professor Nonato; Tia Janne e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 012/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Comunicação Social, e Secretaria de Transportes, e adota outras providências – matéria encaminhada à Comissão Permanente pela Presidência da Casa para análise e emissão de Parecer –; Item 2: Ofício nº 51/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social, prestando informações acerca do prédio onde funciona o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Distrito São Romão; Item 3: Ofício nº 02.25.001/2025, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em resposta ao Ofício nº 014/2025, especificamente quanto ao Requerimento nº 011/2025, enviando à esta Casa o mapa de licitação de 2025, onde consta as licitações realizadas e aquelas em andamento; Item 4: Ofício nº 018/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em referência ao Ofício nº 026/2025/GB – Requerimento nº 015/2025, de autoria do Vereador Zé de Zuza; Item 5: Ofício nº 115/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício nº 016/2025, fornecendo as informações solicitadas pelos nobres vereadores; Item 6: Ofício nº 02.28.001/2025, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, encaminhando a documentação da Prestação de Contas de todas as Secretarias Municipais referente ao mês de Janeiro de 2025; Item 7: Ofício nº 69/2025, da Secretaria Municipal de Governo, solicitando a participação do Secretário Municipal de Governo, Arioaldo Soares, na Sessão Ordinária a ser realizada no dia 10 de março de 2025, para tratar sobre o Projeto de Lei nº 012/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Comunicação Social, e Secretaria de Transportes, e adota outras providências; prestar informações sobre questionamento levantados em sessões anteriores sobre desapropriações de imóveis urbanos e rurais pelo Município; prestar informações sobre o processo judicial – ACP e quaisquer outros questionamentos levantados por Vereadores e Item 8: Projeto de Lei nº 004/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da listagem de medicamentos disponíveis e em falta destinados exclusivamente à distribuição na farmácia básica do município e outras unidades de saúde de Altaneira- CE dá outras providências – matéria encaminhada à Comissão Permanente pela Presidência da Casa para análise e emissão de Parecer. **PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, ARIOVALDO SOARES:** Após saudações e cumprimentos iniciais aos presentes e ouvintes, o Secretário iniciou sua participação abordando o Projeto de Lei nº 012/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Comunicação Social, e Secretaria de Transportes, e adota outras providências. Ele destacou a importância de uma comunicação eficiente e profissionalizada na administração pública, atendendo as obrigações constitucionais de transparência. Esclareceu que a Secretaria de Comunicação visa garantir a prestação de informações sobre atos governamentais, enquanto a Secretaria de Transportes busca organizar e controlar a frota municipal, evitando problemas como veículos parados em oficinas por falta de pagamento e gastos excessivos com



manutenção. Ressaltou ainda que a criação dessas secretarias não impactará financeiramente o município, pois os recursos virão de remanejamentos internos sem aumento de despesas. Em seguida, o Secretário mencionou questões relacionadas à desapropriação de imóveis para obras públicas, citando um caso específico em que uma área pertencente à senhora Heloísa Bitú foi desapropriada e, após a derrota eleitoral, o ex-Prefeito Dariomar Rodrigues deu início à terraplanagem e à construção de um muro de contenção no local, gerando despesas para o município. No entanto, posteriormente, foi constatado que as condicionantes da obra determinavam que seu início só poderia ocorrer mediante a apresentação de uma cópia do parecer técnico do IPHAN, com a devida autorização da licença arqueológica para a área diretamente impactada. Assim, informou que diante dessa exigência não cumprida pela gestão anterior, a atual administração não pôde dar continuidade ao projeto. Para evitar a perda de um investimento no valor em torno de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o município precisou desapropriar outra área, uma vez que o Governo do Estado não autorizou a continuidade da obra sem a documentação necessária. Apesar dessa readequação, o Secretário assegurou que a obra não ficará paralisada, pois o Governo Federal, por meio da Caixa Econômica, irá utilizar o local para a construção de uma creche. Sobre a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual envolvendo o município de Altaneira, o ex-Prefeito Dariomar Rodrigues e a atual prefeita Késia, o Secretário destacou que o órgão se manifestou favoravelmente à negociação proposta pela administração municipal, aceitando o parcelamento do pagamento referente ao mês de dezembro. Ele também informou que a inadimplência na folha salarial se deve exclusivamente à má gestão dos recursos públicos na administração anterior, que resultou na impossibilidade de quitação dos salários. Além disso, ressaltou que, além da dívida com os servidores, o ex-gestor deixou pendências financeiras com credores. Por fim, enfatizou que, apesar dos desafios enfrentados, a atual gestão está empenhada em reorganizar as finanças e garantir a continuidade dos serviços públicos. No momento destinado a comentários e questionamentos dos Vereadores, o Vereador Paulo Robson iniciou abordando o projeto de lei que cria as Secretarias Municipais de Comunicação Social e Transportes, reafirmando que a primeira visa aprimorar a transparência e a prestação de contas do governo, profissionalizando a disseminação de informações à população. Enquanto a segunda busca solucionar o descontrole na gestão da frota municipal, garantindo manutenção adequada, fiscalização do uso dos veículos e otimização dos recursos. Também esclareceu que projeto não se limita apenas à criação das secretarias, mas também promove uma reestruturação administrativa, pois, embora crie 10 (dez) novos cargos, extingue outros 78 (setenta e oito) que já estavam em desuso, principalmente relacionadas ao antigo programa "Mais Cidadão". Informou ainda que essa mudança gerará uma economia mensal de mais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para os cofres municipais. Assim, além de atender demandas essenciais, a proposta representa uma ação de responsabilidade fiscal e administrativa. Sobre a desapropriação de terrenos para construção de obras públicas, corroborou as palavras do Secretário Ariovaldo, reforçando que a área inicialmente adquirida, onde já haviam sido investidos mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na desapropriação e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em obras em investimentos no mesmo, teve sua construção embargada pela própria Secretaria de Meio Ambiente da gestão anterior devido à exigência de um parecer técnico do IPHAN e, para evitar a perda de um investimento federal de mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o município precisou desapropriar um novo terreno, localizado no bairro Cruzeiro, a um custo inferior, para a construção de creches e outras obras. Quanto ao pagamento da folha salarial do mês de dezembro, reforçou-se que a atual gestão tem se empenhado em solucionar as pendências herdadas, otimizando os pagamentos dentro das possibilidades financeiras, inclusive, tendo o plano apresentado ao Ministério Público aprimorado, e algumas categorias, como servidores da educação e saúde, já receberam parcelas significativas. Após, o Secretário informou que o terreno recentemente desapropriado teve um valor significativamente menor do que o inicialmente adquirido para a construção do equipamento público e que esse novo terreno, adquirido por R\$



230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), permitirá a construção de prédio necessários no município. O Vereador Júnior do Povo questionou a gestão atual acerca de quais políticas públicas foram realizadas nesses primeiros 70 (setenta) dias de governo, pontuando que os cofres da Prefeitura já receberam mais R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Também tratou sobre os altos gastos com desapropriações, que somam cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) milhão, enquanto a gestão alega falta de recursos para realizar os pagamentos ainda do mês de dezembro. Ainda sobre a questão de recursos, lembrou que na gestão anterior havia um servidor para realizar estudos técnicos, enquanto a atual gestão gasta um valor significativamente maior para realizar a mesma tarefa. Sobre a criação da Secretaria de Transportes, reconheceu sua importância para melhorar o controle da frota municipal. No entanto, demonstrou preocupação com a criação da Secretaria de Comunicação, afirmando que cidades vizinhas de porte semelhante não possuem essa estrutura. Ademais, ressaltou que qualquer governo deve assumir a responsabilidade pela administração dos recursos públicos, garantindo planejamento e eficiência na gestão. Em seguida, o Secretário registrou ser totalmente contrário ao posicionamento do Vereador, arguindo que desapropriações são práticas comuns em gestões que demonstram intenção de investir na cidade. No caso específico, segundo o Secretário, a desapropriação de um nove terreno foi resultado da má gestão anterior, já que o próprio ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente apontou a necessidade de um laudo somente após a desapropriação e, assim sendo, reforçou que para evitar a perda de investimentos, a nova gestão optou por um novo terreno, garantindo a continuidade das obras. Sobre as licitações, explicou que a nova legislação exige estudos técnicos preliminares obrigatórios que demandam profissionais qualificados. Além disso, ressaltou que as licitações agora são eletrônicas e abertas nacionalmente, garantindo maior transparência. Por fim, afirmou que o governo ainda está em fase de organização e levantamento de demandas, reforçando que a ouvidoria está aberta para sugestões e reclamações. Seguidamente, o Vereador Professor Nonato questionou se a gestão arcará com os custos do veículo que ainda se encontra parado em oficina, ao passo que o Secretário respondeu que o entendimento do governo é que "quem trabalhou precisa receber, quem trabalhou deu a parcela de contribuição". Porém, pontuou que a gestão também entende as prioridades, sendo uma delas, o servidor efetivo. Informou também que a Procuradoria está trabalhando no caso e responderá ao Ministério Público dentro do prazo e que a administração pretende pagar quem trabalhou, mas há situações em que, se algo for considerado irregular, será analisado e corrigido. Novamente com a fala, o Vereador Professor Nonato questionou várias questões sobre a gestão do município, incluindo a licença assinada para a área de Heloísa Bitú que fora desapropriada, os investimentos feitos, e os prejuízos com a área onde não é possível construir devido a impedimentos IPHAN. Assim, pediu respostas sobre quem arcará com os prejuízos de mais de meio milhão de reais. Também levantou preocupações sobre o pagamento de salários dos funcionários temporários que trabalharam em dezembro e a criação de novas despesas, como contratações de assessorias e reformas na prefeitura, enquanto continua a se pregar que os recursos para pagar os funcionários estão escassos, segundo ele. Desse modo, ressaltou a necessidade de prioridades claras, como pagar os salários dos funcionários que trabalharam, antes de gastar com novas despesas. Depois, o Secretário informou que uma ação judicial proposta por ele, como cidadão, resultou na declaração de inconstitucionalidade de diversos cargos, tornando-os irregulares, afirmando que o governo deve focar em ações legítimas e que há um impedimento jurídico devido à decisão judicial. Em relação à desapropriação do terreno da senhora Heloísa, explicou que a área será utilizada para construir uma creche com recursos do Governo Federal, mas não há um plano definido para o uso restante da área. Também abordou a questão do transporte e das manutenções dos veículos, destacando a diferença entre contratos com a administração e os serviços terceirizados. Mencionou a melhoria da infraestrutura, como a reforma do prédio da Prefeitura, que estava em condições precárias. e ressaltou que a administração tem priorizado o atendimento à população dentro das limitações, mas ainda há desafios a serem enfrentados, como o apoio à oposição para melhorar a gestão. A Vereadora



Professora Ana Maria, por sua vez, destacou a importância de resolver o pagamento dos servidores, criticando o parcelamento, que agrava a situação dos servidores de salários baixos. Sugeriu que a Câmara se posicione de forma mais firme e resolva as pendências antes de aprovar novos projetos. Questionou o secretário sobre as licitações de transporte escolar, levantando preocupações com motoristas sem habilitação e o pagamento desses profissionais. Além disso, comentou sobre a piscina da escola 18 de dezembro que, de acordo com ela, deve ser reformada para beneficiar os alunos e fomentar a educação física, e não apenas se tornar mais um desperdício de recursos públicos. Já o Vereador Professor Deza Soares também abordou a desapropriação do terreno da senhora Heloísa, pontuando que, do seu ponto de vista, a situação já foi esclarecida. Também defendeu que, como o terreno citado já fora embargo, o ideal é a aquisição de uma nova área para construir um centro de educação infantil. Em relação à extinção de cargos citada no Projeto de Lei nº 012/2025, do Poder Executivo, destacou a importância de agir com responsabilidade com o dinheiro público, mas ressaltou que o município também precisa encontrar soluções para os problemas da população. Já no tocante ao pagamento dos servidores, reafirmou que eles têm direito a receber e que o município não pode parar suas atividades, mas sim resolver as questões de forma planejada. Concluiu afirmando que a gestão deve corrigir erros anteriores sem prejudicar a população. Encerrando sua participação, o Secretário Ariovaldo Soares apoiou as palavras do orador que lhe antecedeu reiterando que o governo municipal atual tem grande preocupação com a transparência e com a informação dos Vereadores sobre as ações da administração. Pontuou que o governo reconhece os desafios, como o prejuízo inicial relacionado ao terreno, mas afirma que o investimento ainda será incorporado ao patrimônio do município. Sobre a folha de pagamento de dezembro, o ressaltou que a Câmara não tomou as providências necessárias a tempo, mesmo com as advertências por eles feitas na época que era Vereador, sobre o erro do governo. Ele criticou a falta de ação e a demora, lembrando que o Prefeito havia prometido regularizar a situação dos servidores. Ademais, externou agradecimentos a todos. **TEMA LIVRE:** O Vereador Júnior do Povo, inicialmente, se solidarizou com as famílias de seu amigo Vinícios e com toda a família Mandu, pelo falecimento de seus entes queridos. Após, agradeceu ao profissional Eduardo Amorim pelo serviço prestado na Câmara enquanto Diretor Geral, destacando sua dedicação e respeito pelos Parlamentares ao longo do tempo e enfatizou sua admiração e confiança de que novas oportunidades já estão surgindo para Eduardo. Nessa linha, externou boas-vindas ao novo ocupante do cargo, Marcelo Soares. Em seguida, abordou o que considera ser perseguição política dentro da atual gestão, mencionando sua própria experiência e a de outros servidores que estão sendo transferidos injustamente. Ele criticou a prática de transferências políticas, classificando-a como parte de uma política ultrapassada e alertou que, enquanto a gestão passa, ele continuará como servidor público de Altaneira. Adentrando esse assunto, denunciou que servidores estão sendo deslocados sem justificativa adequada, citando o caso de sua região, onde há cinco profissionais de serviços gerais, mas mesmo assim há transferências indevidas. Assim, questionou a lógica dessas movimentações e cobrou esclarecimentos sobre a gestão de pessoal na saúde. Também mencionou dificuldades na obtenção de informações solicitadas à secretaria, afirmando que os dados enviados em resposta a um requerimento de sua autoria não respondem o que ele questionou, alertando, diante disso, que tomará medidas legais caso a transparência não seja garantida, solicitando que o requerimento seja novamente enviado à Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, reforçou a necessidade de respeito e clareza na administração pública, especialmente no setor da saúde, onde procedimentos não podem ser retirados do sistema sem comunicação prévia ao paciente e destacou que a população merece transparência e respeito em todas as ações do governo. A Vereadora Tia Janne também se solidarizou com as famílias altaneirenses que estão enlutadas atualmente. Depois, destacou a vinda do Hemoce ao município, ressaltando a importância da doação de sangue. Também evidenciou a gestão municipal pela realização de um evento especial para as mulheres, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, destacando que mais de 300 (trzentas) participaram e que isso serve como

Am. Soares

Deza

Júnior

Tia Janne

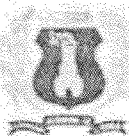
Marcelo Soares

[Assinatura]

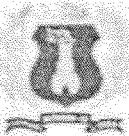
[Assinatura]

[Assinatura]

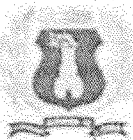
[Assinatura]



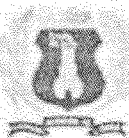
um incentivo ao reconhecimento e valorização do trabalho feminino. O secretário de Turismo e Cultura, Clécio, também foi mencionado na fala da Vereadora pelo que ela considerou um excelente trabalho por ele desenvolvido, conseguindo inserir o município na rota turística nacional, relatando sua experiência no Vale do Salmão, enfatizando a importância da determinação e superação para alcançar objetivos. Ela ainda ressaltou as melhorias realizadas pela administração municipal, como a regularização do transporte universitário, que antes enfrentava dificuldades, e a ampliação da Casa de Apoio em Fortaleza, que agora oferece mais conforto aos pacientes que necessitam de tratamento fora do município. Além disso, mencionou avanços na iluminação pública, na operação tapa-buracos e na manutenção da limpeza da cidade. Assim como seus antecessores, a Vereadora Professora Ana Maria prestou condolências às famílias que sofrem a perda de seus entes queridos, desejando conforto a todos. Parabenizou as mulheres de Altaneira pelo Dia Internacional da Mulher, destacando a força e terminação que todas possuem, encorajando-as a lutar por seus sonhos sem deixar que nada as desmotive. Finalizou colocando-se à disposição da comunidade. Aparte, o Vereador Júnior do Povo também parabenizou todas as mulheres, especialmente as que trabalham na Casa do Povo, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, enviando também felicitações às mulheres de Altaneira, do Ceará e do Brasil. Em seguida, novamente criticou a falta de clareza da Secretária de Saúde em fornecer informações oficiais e mencionou a necessidade de discutir a questão do nepotismo no município, sugerindo que o tema ainda não foi analisado com a devida atenção. Em seu tempo regimental, o Vereador Professor Nonato também externou sentimento de pesar e conforto às famílias altaneirenses que enfrentam a dor do luto nesse momento. Felicitou, após, todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, em especial minha esposa, minha filha Mariana e todas as mulheres altaneirenses, cearenses e brasileiras, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, pontuando que estas são as verdadeiras cuidadoras do lar e da vida. Parabenizou também o novo integrante do quadro de pessoal da Câmara, Marcelo Soares, que agora ocupa o cargo de Diretor Geral da Câmara, ao mesmo tempo em que destacou a falta que Eduardo Amorim, antigo ocupante do cargo, fará, pois, de acordo com ele, Eduardo foi um profissional exemplar durante todo o período que restou serviços à Casa. No ensejo, manifestou votos de sucesso a ele em sua nova trajetória na administração do Governo Salviano, em Potengi, e questionou quais foram as motivações de sua saída da Câmara de Altaneira. Além disso, trouxe a reivindicação da Guarda Municipal, que busca melhores condições de trabalho e gratificações, conforme já havia sido por ele mesmo solicitado anteriormente. Também questionou a situação do transporte e da merenda escolar na educação de tempo integral, pois registrou que muitas famílias têm relatado problemas. Na sequência, o Vereador Paulo Robson externou sentimento de pesar à família de Deda Mandú, atleta municipal, pelo seu falecimento. Cumprimentou, em seguida, todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Reconheceu a força, a dedicação e a importância de cada uma na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Também externou boas-vindas à Marcelo Soares, novo Diretor Geral da Câmara. Do mesmo modo, agradeceu ao Eduardo Amorim, ex ocupante do cargo, pelo tempo em que esteve na Câmara prestando um serviço de excelência, reconhecendo a dedicação e competência do profissional. Sobre o tema da perseguição política, afirmou compreender que é uma preocupação recorrente entre servidores públicos, reiterando sua posição contrária a qualquer tipo de perseguição ou transferência injustificada de funcionários. No entanto, pontuou a necessidade de cautela ao abordar esse tema, pois, de acordo com ele, mudanças de lotação acontecem por necessidade administrativa e, em alguns casos, podem ser mal interpretadas. Quanto a transparência na pasta da saúde, pontuou que todas as informações relacionadas à saúde pública devem ser claras e acessíveis à população e não acredita que cidadãos estão sendo retirados de filas de espera sem o devido aviso ou justificativa. Relativamente ao nepotismo, afirmou que essa questão também precisa ser lidada com seriedade e responsabilidade, destacando que, se há suspeitas de que nomeações estão ocorrendo de forma irregular, é necessário que sejam feitas denúncias concretas e direcionadas, para que possam ser investigadas



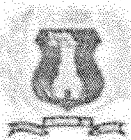
adequadamente e afirmando que lançar suspeitas sem apresentar provas não contribui para a transparência e apenas gera mais confusão. Sobre a Guarda Municipal, pontuou entender que há demandas por melhorias nas condições de trabalho e que a administração já está em diálogo com a categoria para atender suas necessidades. Quanto a educação em tempo integral, afirmou que durante a campanha política, nunca presenciou a Prefeita Késia manifestando qualquer intenção de extinguir esse modelo educacional e esclareceu que o que existiu foram críticas, da sua parte, à forma como ele foi implementado, no município, sem planejamento adequado, sem estrutura suficiente e sem uma organização curricular bem definida. No entanto, ressaltou o reconhecimento da importância da educação integral e que ela precisa ser fortalecida e aprimorada. Aparte, o Vereador Professor Nonato voltou a abordar o tema da educação, afirmando ser um defensor da modalidade de ensino em tempo integral, porém, reforçou que a gestão já está no poder há 70 (setenta) dias e, ainda assim, não está fornecendo alimentação adequada e as aulas só estão ocorrendo até as 11 (onze) horas da manhã. Também afirmou que presenciou crianças sendo carregadas inadequadamente, em carros sem capota. Tratou ainda sobre a situação das crianças atípicas, lembrando que solicitou, por meio de requerimento nesta Casa, um levantamento para viabilizar a contratação de cuidadores para essas crianças, haja vista que até o ano passado o município possuía 153 (cento e cinquenta e três) crianças necessitando desse suporte nas escolas, afirmando acreditar que essa necessidade persista. Afirmou, por fim, que administrar significa definir prioridades, e na educação, os alunos devem estar em primeiro lugar. De volta com a fala, o Vereador Paulo Robson reiterou que a pauta das crianças neuroatípicas não é apenas algo que defende, mas algo que vive diariamente, pois é pai atípico. Registrou que não se pode fechar os olhos para essa causa e lembrou que a gestão já demonstrou um olhar diferenciado ao criar uma coordenadoria voltada para a educação inclusiva, mas, infelizmente, as contratações de cuidadores ainda levam tempo. Sequentemente, o Vereador Professor Deza Soares parabenizou todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher e destacou especialmente a Vereadora Tia Janne, pela passagem do seu aniversário no último dia 9 (nove). Ressaltou, após, a importância dos temas levantados, especialmente sobre a educação, reforçando seu apoio à educação em tempo integral, que considera fundamental para o município e as famílias, porém, destacou que a educação deve ser bem estruturada e priorizada, principalmente para as crianças, e que problemas podem surgir enquanto a infraestrutura não se adaptar completamente a esse modelo. Em relação ao transporte escolar, afirmou que não pode haver transporte inadequado para crianças, destacando a necessidade de organização e segurança. Quanto à questão de perseguição política, se posicionou contra esse tipo de atitude, afirmando que servidores devem ser transferidos apenas quando necessário para preencher carências, reiterando que mudanças sem justificativa adequada, que pareçam ser perseguição, não devem ocorrer. Aparte, o Vereador Júnior do Povo voltou a abordar a questão da perseguição política, mencionando a situação de Damiana Ferreira, que é da família da Vereadora Tia Janne, esclarecendo que, enquanto o posto de Saúde do Sítio Taboleiro necessita de funcionários, os residentes da localidade são transferidos para a sede do Município e os residentes da sede são transferidos para o Taboleiro, apontando contradições nas referidas transferências. De volta com a fala, o Vereador Professor Deza Soares concluiu a questão das transferências destacando que os servidores precisam desempenhar suas funções com responsabilidade. Caso contrário, a gestão tem o direito de realizar mudanças, desde que a situação seja devidamente comprovada. Sobre a questão do nepotismo, reforçou a importância de analisar cada caso individualmente. Como autor de uma lei de combate ao nepotismo, se mostrou contrário a essa prática, mas destacou que é necessário verificar cada situação antes de acusar alguém ou o governo de envolvimento em nepotismo. Também mencionou as melhorias que estão sendo feitas no prédio da Câmara Municipal, com a realização de reparos que deixaram o local em melhores condições. A posteriori, o Vereador Zé de Zuza externou boas-vindas ao novo Diretor Geral da Câmara, Marcelo Soares. Também parabenizou todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, especialmente sua esposa e a



Vereadora Tia Jane, que completou mais um ano de vida no último dia 9 (nove). Em relação à questão dos pagamentos da folha de dezembro, reconheceu que o assunto já havia sido debatido algumas vezes, mas reiterou que espera que os pagamentos sejam feitos dentro da lei. Relatou ainda que várias pessoas o procuraram sobre o pagamento dos contratados, e sua resposta continua sendo que aguardam o cumprimento das normas para que todos recebam o que é devido. Concluiu mencionando o início dos festejos de São José, estendendo convite de participação a todos. Em seguida, o Vereador Paulo Geaneo externou boas-vindas ao novo Diretor Geral da Câmara, Marcelo Soares e parabenizou todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, em nome de sua esposa, filhas Sabrina e Letícia e sua mãe. Também desejou muita saúde e sucesso para a Vereadora Tia Janne, pela passagem de seu aniversário. Felicitou e agradeceu o profissional Eduardo Amorim, ex Diretor Geral da Câmara, lembrando com carinho das contribuições de Eduardo para todos os trabalhos legislativos altaneirenses, desejando, no ensejo, sucesso ao profissional em sua nova caminhada em Potengi, destacando que ele certamente se destacará na cidade. O Parlamentar também expressou sentimentos de condolências à família de Tia Maria, pelo falecimento de seu marido. Aparte, o Vereador Júnior do Povo expressou felicitações à Vereadora Tia Janne pelo seu aniversário. Fez referência ainda ao fato de que, na época em que o Professor Deza foi criticado por questões de nepotismo, ele foi alvo de muitas críticas, especialmente quando estava à frente da Secretaria Municipal de Governo. O Vereador afirmou que, no caso de nepotismo em Altaneira, o Ministério Público é quem deverá analisar a situação e dar a resposta sobre a legalidade ou não, destacando que seu papel como legislador foi apenas cumprir com sua responsabilidade de encaminhar a denúncia. Também comentou sobre a situação da saúde no município, afirmando que havia uma grande demanda por tomografias e outros serviços médicos, apesar de algumas alegações de que não havia necessidade desses atendimentos. Fazendo uso do seu tempo regimental, o Vereador Valmir Brasil parabenizou todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, em especial aquelas que fazem parte do Parlamento altaneirense, assim como as funcionárias e servidoras da Câmara. Em relação à exoneração do profissional Eduardo Amorim, registrou que todo gestor faz alteração em seu quadro de pessoal e afirmou que, caso fosse outro Presidente, todo o quadro poderia ter sido modificado. No ensejo, reconheceu os préstimos do excelente trabalho de Eduardo enquanto esteve na Casa e externou boas-vindas ao novo funcionário da Câmara, Marcelo Soares. Relativamente à perseguição política, reforçou que é contra essa prática, mas destacou que, se há legalidade e necessidade em uma mudança, ela deve ocorrer. Agradeceu ao Vereador Professor Nonato pela denúncia sobre crianças sendo transportadas de maneira irregular e reconheceu que a administração precisa ficar atenta a essas situações. Parabenizou a Vereadora Tia Janne por sua coragem ao subir a Pedra Grande, no São Romão, e também a Prefeita Ana Késia pelo bom desempenho em sua gestão. Ressaltou que, apesar de 70 (setenta) dias não serem suficientes para avaliar totalmente a gestão, tem confiança de que a gestão proporcionará mais mudanças e melhorias. Aparte, o Vereador Professor Deza Soares deu boas-vindas ao novo Diretor Geral da Câmara, Marcelo Soares, e agradeceu ao ex-Diretor Eduardo Amorim, reconhecendo sua grande contribuição para a Casa. Ressaltou que, como Presidente, sempre constituiu sua própria equipe sem aceitar intervenções externas, e elogiou a competência e disponibilidade de Eduardo, com quem já havia trabalhado antes, externando que as motivações de sua exoneração são de conhecimento de todos. O nobre afirmou ainda que a mudança de equipe é um direito da nova gestão e que cada gestor escolhe sua equipe conforme suas necessidades. Concluiu desejando sucesso ao novo Diretor e reiterando os agradecimentos ao trabalho eficiente prestado pelo Eduardo. De volta com a fala, o Presidente Vereador Valmir Brasil anunciou que, em face de a gestão já estar próxima de 4 (quatro) horas de duração, a prorrogará. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 013/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 006/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre os critérios para o rateio dos recursos remanescentes do precatório antigo do FUNDEF, e adota outras providências. Em razão de o parecer favorável pela



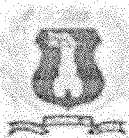
admissibilidade já ter sido lido na sessão anterior pelo Relator Júnior do Povo, e o Vereador Professor Nonato ter pedido vista à matéria, o Presidente concedeu a palavra ao Vereador Professor Nonato. Externando seus esclarecimentos, o Vereador Professor Nonato afirmou ser uma hora discutir a primeira matéria que tem como objeto o precatório do FUNDEF, lembrando que projeto de lei destinando precatório nunca fora antes discutido. Afirmou que o seu entendimento sempre foi que os precatórios deveriam, por merecimento, serem discutidos entre os professores, porém, esclareceu que política financeira não é de competência dos Vereadores, mas, sim, dos gestores: Prefeitos, Secretários e Presidentes de Câmara, reiterando que, de dele dependesse, os professores teriam recebido o precatório. Esclareceu que pediu vista à matéria não para atrasar o trâmite da mesma, mas sim para apresentar emenda que vai dar abertura para os professores receberem integralmente os recursos e, após isso, a conta será encerrada. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson registrou ser uma grande satisfação votar nessa matéria, lembrando a promessa da Prefeita Ana Késia, no ano de 2020 (dois mil e vinte), de ratear os recursos do precatório para quem de fato possui o direito, os professores que lecionaram de 1998 (mil novecentos e noventa e oito) à 2006 (dois mil e seis), tendo repetindo a promessa no último pleito e agora é chega a hora de cumpri-la. Esclareceu que a discussão gira em torno do rateio de pouco mais de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), porém, poderia ser discutido muito mais, exatamente o valor de mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo este o saldo datado do ano de 2018 (dois mil e dezoito). Esclareceu também que os professores tem direito à 60% (sessenta por cento) desse valor, enquanto os 40% (quarenta por cento) é o que realmente deveria ter sido empregado no desenvolvimento da educação na gestão anterior. Informou que na grande maioria das cidades, isso realmente ocorreu, tendo os professores recebido os seus direitos e o restante dos recursos foram empregados na educação. Porém, lembrou o Vereador, a situação não se repetiu no município altaneirense, expondo também detalhadamente em que foi gasto quase todos os recursos. O Vereador Professor Deza Soares lembrou que sempre se posicionou favorável a tudo que foi em benefício do servidor público. Em relação aos precatórios, na época que era Secretário de Governo, se posicionou junto ao governo, analisando que não havia lei específica para a distribuição dos precatórios e que essa lei passou a existir posteriormente. Afirmou que, não sendo lei, não havia a definição e obrigatoriedade de a gestão fazer a distribuição. Diante disso, afirmou que, do seu ponto de vista, foi uma falta de controle do Parlamento Nacional, por não ter definido essa situação anteriormente, inclusive, lembrando que nem o próprio STF o fez. Reiterou que seus posicionamentos sempre foram pautados na defesa dos servidores, desde que as decisões tivessem de acordo com a legalidade. A Vereadora Professora Ana Maria afirmou que sempre acreditou e defendeu que os recursos dos precatórios tinham que ser rateados entre os professores, sendo contra a decisão de a gestão anterior utilizar esses recursos para outros fins, ainda que fosse para empregar na educação. Relativamente a piscina construída na escola 18 de Dezembro, fez menção a fala do Secretário, que afirmou que a mesma não seria utilizada, esclarecendo que, no seu entendimento, já que a piscina existe, o ideal é que ela seja consertada e utilizada, para não os recursos públicos nela investidos não sejam desperdiçados. O Vereador Júnior do Povo registrou que espera que com essa deliberação e votação "essa novela do precatório acabe", pois, segundo ele, a categoria dos professores foi utilizada como moeda de troca de votos por políticos. A Vereadora Tia Janne fez uma reflexão relativamente à piscina construída com na escola 18 de Dezembro, externando que o uso da mesma é importante, porém, desde que haja profissionais qualificados para que a abertura seja feita com planejamento e responsabilidade. Aparte, a Vereadora Professora Ana Maria esclareceu que sua fala foi no intuito de que a piscina seja utilizada com responsabilidade. O Vereador Zé de Zuza lembrou que, para que a piscina seja utilizada é preciso recursos para mantê-la, reiterando que muito já foi gasto para construí-la. Aparte, o Vereador Professor Nonato tratou sobre a importância de utilizar algo que foi construído com o dinheiro público, para que os recursos não sejam desperdiçados. Registrou ainda que, caso não seja possível utilizar na educação, outro setor faça



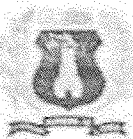
uso. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade com a emenda apresentada em Plenário.

Item 2: Solicitação de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 012/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Comunicação Social, e Secretaria de Transportes e adota outras providências. Após a leitura da matéria, em uma questão de ordem, o Vereador Professor Nonato lembrou que o Secretário de Governo, Ariovaldo Soares, afirmou ainda pouco na Casa que cargos criados na administração do ex-Prefeito eram inconstitucionais e que alguns casos seriam extintos, o que, segundo ele, esta segunda fala, significa que "alguns funcionários terão que ir na justiça para criar um precatório para receber daqui há 10 (dez) anos. Tá empurrando as dívidas do mês de dezembro para frente". Diante disso, orientou sua bancada a votar contrariamente à urgência e que a matéria siga os trâmites normais até que a Prefeita decreta urgência para fazer os pagamentos dos servidores. Na discussão da matéria, o Vereador Júnior do Povo afirmou não entender a urgência na criação de secretarias e que ele, como relator da Comissão Permanente, precisa de tempo para analisar a matéria com cautela, pois, de acordo com ele, a matéria também extingui cargos e essa medida afeta os cidadãos altaneirenses. Novamente, tratou sobre a falta de pagamento dos funcionários sob a alegação de falta de recursos enquanto a Prefeitura irá criar secretarias. O Vereador Paulo Robson afirmou que se a urgência não for aprovada, o projeto não será pautado para votação esse ano, pois, segundo eles, não haverá para tempo para discutir o projeto, uma vez que, pela sua percepção, os Vereadores nem se quer leram a matéria, haja vista que levantamentos feitos pelos oradores que lhe antecederam foram esclarecidos na própria matéria e também em falas anteriores. Assim, novamente tratou da condição financeira da matéria. Afirmou ainda que a urgência fere o ego do relator, registrando que o mesmo prefere dispor dos prazos que quiser e reiterou que o prazo dado pela urgência, 15 (quinze) dias é suficiente para análise do projeto. Aparte, o Vereador Professor Nonato afirmou que não minimizou a importância da matéria, e sim afirmou que o pagamento dos salários é mais importante. Reafirmou que a discussão não é em torno de os Vereadores desaprovarem o projeto, mas, sim, o regime de urgência que, segundo ele, "se faz desnecessário, pois há mais coisas urgentes". O Vereador Professor Deza Soares lembrou que nunca se posicionou de modo a barrar qualquer iniciativa dos poderes Executivo e Legislativo que venha a organizar a administração pública. Afirmou ainda que se o governo está propondo, é porque tem ciência de que pode arcar com a iniciativa. Lembrou e reforçou sua defesa aos servidores que trabalharam e ainda não receberam, destacando, novamente, a importância de a gestão trabalhar para encontrar uma solução para os servidores que prestaram serviços e devem, por direito, receber seus pagamentos. Registrou, por fim, que o tempo de 15 (quinze) dias é suficiente para analisar a organização dos setores. O Vereador Zé de Zuza afirmou que, do seu ponto de vista, a criação das secretarias nada tem a ver com o pagamento dos servidores, haja vista que, como já fora discutido na Casa, a situação já está sendo juridicamente, lembrou. A Vereadora Tia Janne se posicionou favorável à matéria destacando a importância da organização e transparência que as mesmas proporcionaram. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, obtendo o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Professor Nonato e Professora Ana Maria: votos contrários. Vereadores: Paulo Geaneo, Paulo Robson, Professor Deza Soares, Tia Janne e Zé de Zuza: votos favoráveis. Matéria aprovada pela maioria.

Item 3: Parecer nº 017/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 009/2024, de autoria da então Vereadora Dra. Rafaela Gonçalves, que institui o Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade racial no âmbito do município de Altaneira e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo felicitou a ex-Vereadora Dra. Rafaela Gonçalves pela iniciativa, agradecendo ao Professor Nicolau Neto, que o ajudou a compreender a grandiosamente da propositura. No ensejo, tratou sobre a importância que a matéria possui para o município. Na discussão da matéria, o Vereador Professor Deza Soares reforçou a importância da matéria e parabenizou a autora da mesma, assim como o Professor Nicolau Neto por



todas as iniciativas do mesmo no combate à desigualdade social. O Vereador Valmir Brasil também felicitou a ex-Vereadora Dra. Rafaela Gonçalves pela iniciativa. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Após, a Secretária da Mesa realizou a leitura dos seguintes itens: Item 4: Requerimento nº 021/2025, de autoria do Vereador Zé de Zuza, solicitando, em caráter de urgência, a adequação do prédio da CREI Ciranda do Saber, para a abertura de janelas em todas as salas e abertura de duas saídas de emergência ao longo e no final do prédio, a mudança do local do botijão de gás de dentro para fora da cantina, e ainda uma cobertura na entrada da creche e Item 5: Requerimento nº 022/2025, de autoria do Vereador Zé de Zuza, solicitando o estudo para realização de construção de quiosques e/ou barracas no calçadão municipal. Na defesa das matérias, o autor das mesmas externou que recebeu a informação de que na creche só existe uma entrada, todas as janelas fechadas e todos os portões também, com o botijão de gás dentro da cozinha, contendo lá inúmeros materiais inflamáveis. Nessa linha, surgiu a preocupação com as crianças e todos que lá trabalham e transitam. Já em relação ao Requerimento nº 022/2025, externou que os quiosques e/ou barracas no calçadão municipal tratam de uma geração de renda e que as bancadas servirão de apoio aos comerciantes rurais. Não havendo discussão sobre as matérias, as mesmas foram postas em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Após, a Secretária da Mesa realizou a leitura dos seguintes itens: Item 6: Requerimento nº 023/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, solicitando o reparo/substituição do sinalizador luminoso que encontra-se defeituoso desde meados do ano passado e Item 7: Requerimento nº 024/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, solicitando a realização de estudos para reposição de placas nominais dos bairros e ruas da sede do nosso município. Na defesa das matérias, o autor das mesmas externou que a solicitação presente no Requerimento nº 023/2025 surgiu devido ao fato de ter recebido reclamações dos agricultores da localidade, pois, lhe informaram que desde o ano passado, o sinalizador se encontra comprometido. Quanto ao Requerimento nº 024/2025, externou que trata-se de uma solicitação de uma situação bem visível no município devido as placas municipais muito escassas, principalmente levando em consideração que novas travessas foram abertas. Não havendo discussão sobre as matérias, as mesmas foram postas em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Item 8: Requerimento nº 025/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a realização de estudos para viabilizar a instalação dos treinos funcionais destinados às mulheres, nas comunidades rurais do município altaneirense, a acontecer em dois dias semanais. O autor da matéria externou que recebeu solicitação da cidadã Tereza, residente da Toboquinha, para que o treino funcional fosse instalado na sua comunidade. Diante disso, lhe surgiu a ideia de, podendo a administração criar essa possibilidade na comunidade da Taboquinha, também poderia estudar a possibilidade de expandir essa ação para todas as áreas rurais do município. Não havendo discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Após, a Secretária da Mesa realizou a leitura dos seguintes itens: Item 9: Requerimento nº 026/2025, de autoria do Bloco da Maioria, solicitando que seja enviado a esta Casa Legislativa cópia de todos os contratos temporários de servidores, firmados de 02 de janeiro até a presente data e Item 11: Requerimento nº 028/2025, de autoria do Bloco da Maioria, solicitando que seja enviado a esta Casa Legislativa cópia integral do Processo de Dispensa de Licitação nº 2025.02.19.1. Em nome da Bancada, o Vereador Júnior do Povo registrou que o Requerimento nº 026/2025 já possui justificativa em seu texto. Quanto ao Requerimento nº 028/2025, externou que a solicitação busca melhores informações para que seja possível uma melhor análise e consequente entendimento acerca do processo contido na matéria. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson registrou que continuará seguindo a favor de matérias que busquem transferência, inclusive, atendendo uma solicitação da Prefeita Késia. Não havendo discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 10: Requerimento nº 027/2025, de autoria do Bloco da



Minoria, solicitando o envio de expediente a Gerência Regional da Cagece em Juazeiro do Norte e a Chefe do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de solicitação de audiência conjunta, para tratar sobre o sistema de abastecimento de água na sede do município, inclusive para entendimento sobre a demora da não utilização do novo sistema de dutos construído pela própria Cagece. Em nome de sua Bancada, o Vereador Paulo Robson registrou que ele e o colega Vereador Zé de Zuza foram procurados por cidadãos lhes questionando as motivações de haver uma nova adutora pronta e montada, e a Cagece ainda não a utiliza. Não havendo discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Valmir Brasil agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes, assessoria interna e externa e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 10 de março de 2025.

Paulo Robson Lut. d. Alt. *frass*

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]